

## **Identidade e diferença por novas representações**

Raphael Figueiredo MEDEIROS LIMA<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo levantar contribuições de diversos autores da discussão sobre a identidade e a diferença que possam ajudar a direcionar uma nova política de representação da identidade nacional para as nações. Através de estratégias de Marketing Urbano, muitos governos adotam uma perspectiva homogeneizadora e pouco democrática de representação das identidades. Busca-se então uma nova alternativa para estas estratégias discursivas que se adequem melhor as características desta entidade complexa, instável e fragmentada que é a identidade.

**Palavras-chave:** Identidade; Diferença; Discurso; Representação; Marca Lugar.

Discutir a identidade em um contexto de modernidade tardia, por diversos motivos, passa não só a ser uma questão importante, mas fundamental para a discussão sobre os textos enunciados por órgãos oficiais ligados ao setor de turismo em um local. Este protagonismo se dá ao fato de diversos atores influenciarem os discursos e as tomadas de decisão que não só impactam nos processos de identificação, como impactam indiretamente nas pautas de políticas públicas. Esta relação imbrincada no poder de hierarquização dos discursos é central para a ascensão de uma crítica à política de representação que vá além da pura exaltação da multiculturalidade (CUCHE, 1999, p.175). Neste artigo buscarei levantar alguns pontos contextuais do debate sobre a identidade e a diferença pensando novos questionamentos sobre a necessidade de uma democratização da representação nos discursos oficiais do Estado.

Neste cenário de debate crescente no campo de estudos da cultura com relação a identidade e a diferença, diferentes autores ao longo dos anos realizaram recuperações

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (POSCULT – HIAC/UFBA) e pesquisador do grupo LOGOS – Comunicação Estratégica, Marca e Cultura (FACOM/UFBA). [raphaelfmlima@gmail.com](mailto:raphaelfmlima@gmail.com)

conceituais e proposições com a intenção de tornar estes conceitos um pouco menos ardilosos (HALL, 2014). Ardilosos porque trabalhar com a noção de identidade exige uma articulação ampla entre as perspectivas de identidade consideradas durante a história da produção científica ocidental, uma noção de identidade que começa a ser entendida como processo e sua relativização perante uma outra noção importante que é a da diferença. Faz-se então necessária a localização desta discussão em um cenário de estudos multidisciplinar, reunindo diversos saberes e perspectivas que tem a intenção de culminar em novos direcionamentos para a política de representação.

### **Diferentes noções de identidade**

A identidade se configura como uma consequência do processo social de vinculações de um indivíduo com um sistema social (CUCHE, 1999, p.177) permitindo que este se localize e seja localizado dentro deste sistema. A formação do indivíduo dentro deste estado complexo é pensada tendo a identidade como instrumento de análise destas vinculações. Como exemplo destas vinculações, podemos citar a forma como os indivíduos se relacionam com classes sociais, classes sexuais, comunidades nacionais, espectros políticos, entre outros. Cada uma destas vinculações vai compondo o complexo espectro identitário destes indivíduos.

Uma das características deste processo de vinculação é permitir que os grupos sociais se diferenciem dos outros como uma modalidade de categorização da organização social. Estas vinculações em conjunto ajudam a montar o quebra-cabeça instável e fragmentado que é o sujeito em seu estado contemporâneo. Os grupos sociais se formam tendo como base um reconhecimento comum que nem remotamente significa uma correspondência total e completa de identificação. Em diversas situações da formação destes grupos, suas vinculações podem se tornar mais frágeis ou mais fortes a medida que situações novas e novas representações vão sendo postas a prova.

A identidade como entidade complexa, abstrata e fragmentada tem uma relação intrínseca com as modificações no mundo causadas pela modernidade tardia

(GIDDENS, 1991), com a presença de processos que mexeram com a estrutura da modernidade e com a organização de diversas instituições, como a Globalização. Stuart Hall (2005) apresenta três concepções distintas da identidade que ilustram a passagem desta entidade por estas modificações na organização social. Estas três concepções podem ser denominadas como sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

Baseado em uma concepção do indivíduo centrado, unificado, racional e consciente, em que sua identidade emergia cristalizada no momento do seu nascimento e se mantinha essencialmente a mesma ao longo de sua vida, a concepção iluminista do sujeito ignorava sua relação com seu entorno e a configuração contextual. Mantinha-se uma visão do sujeito autocentrado, imutável, individualista e determinista, que embasou diversas linhas de pensamento na modernidade e de sua organização social. Derivada do rompimento primordial dos indivíduos das suas bases estruturais da religião e da tradição, emergiu um novo indivíduo entre os períodos do Humanismo Renascentista no século XVI e do Iluminismo do século XVIII, soberano perante a organização social.

Embasado em postulações que tornavam o indivíduo parte de uma “grande cadeia do ser”, as concepções anteriores de sujeito e indivíduo eram guiadas por tradições e postulados que direcionavam a vida do indivíduo dentro de um grande enredo, baseado na crença em posições divinamente estabelecidas. Com as modificações na religião ocidental, o sujeito se tornou livre para investigar, inquirir e se impor soberanamente sobre a natureza e as organizações sociais. Para Raymond Williams (1976 apud HALL, 2005), modificações profundas nas culturais ocidentais como a Reforma e o Protestantismo contribuíram para a o surgimento deste sujeito individual. O grande trunfo destas modificações foram a libertação que elas trouxeram para a consciência individual, antes aprisionada por instituições religiosas.

A emergência das noções de individualidade, no sentido moderno, pode ser relacionada ao colapso da ordem social, econômica e religiosa medieval. No movimento geral contra o feudalismo houve uma nova ênfase na existência pessoal do homem, acima e além de seu lugar e sua função numa rígida sociedade hierárquica. Houve uma ênfase similar no Protestantismo, na relação

direta e individual do homem com Deus, em oposição a esta relação mediada pela Igreja. Mas foi só ao final do século XVIII que um novo modo de análise, na Lógica e na Matemática, postulou o indivíduo como a entidade maior (cf. as “mônadas” de Leibniz), a partir da qual outras categorias (especialmente categorias coletivas) eram derivadas. O pensamento político do Iluminismo seguiu principalmente este modelo. (WILLIAMS, 1976, pp.135-6 apud HALL, 2005, p.29)

Todas estas mudanças no mundo tornaram possível uma reconfiguração no conceito de identidade, e que depois voltaram a se reconfigurar a medida que as sociedades modernas se complexificaram. O surgimento da noção de sujeito sociológico acompanha um movimento de coletivização da sociedade. Um forte crescente de complexificação do mundo que refletiu, mais uma vez, na reconfiguração de instituições. Nesta nova forma de organizar o mundo, o sujeito passa a não ser mais completamente autossuficiente e autônomo. Sua soberania começa a ser relativizada perante a relação com outros indivíduos através de sua trajetória.

Nesta nova fase, a identidade é então formada pela interação entre um núcleo essencial, que é o seu “eu real”, e a sociedade. Entra em jogo o papel da cultura na formação deste sujeito que, através da relação com “outras pessoas importantes para ele”, tem acesso aos valores, sentidos e símbolos que compõe esta noção que é introduzida no “jogo das identidades”. Neste momento, identidade passa a preencher um espaço antes vazio entre o mundo exterior e o mundo interior, entre o público e o pessoal.

“O fato de que projetamos a nós próprios nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.” (HALL, 2005, p.12)

Hall utiliza a metáfora da sutura para demonstrar como a identidade conecta desta forma o sujeito à estrutura. Cria esta conexão entre o eu e o ambiente em que vive, as pessoas que se relaciona, estabilizando tanto o sujeito quanto estes mundos culturais. Mas são justamente estas características que começam a se mostrar frágeis e apresentar mudanças significativas que voltam a alterar o status do sujeito que agora é considerado

pós-moderno. No estado que se segue de organização social, o mundo passa por mudanças significativas já brevemente mencionadas neste artigo, como a Globalização. Nesta nova reconfiguração, onde entramos em um período de modernidade tardia, há uma reconfiguração entre o tempo e o espaço que causa processos de desencaixe (GIDDENS, 1991).

Nos períodos pré-modernos havia uma conexão constante entre tempo-espaço, pois não era possível aferir tempo a algo sem levar em consideração outros aspectos socioculturais e, na maioria das vezes, de forma imprecisa e variável. Com o advento do relógio mecânico, permitiu-se considerar o tempo em zonas do dia a partir de uma dimensão uniforme de tempo vazio. O esvaziamento do tempo se configura como condição prévia e causal para o desenvolvimento do “espaço vazio”. Devemos considerar que é apenas através da possibilidade de ordenação do tempo que se tornou possível a ordenação também do espaço sem a necessidade de uma presença física, podendo ser entendido também como a separação entre espaço e lugar.

O lugar pode ser entendido como o espaço físico da atividade social, localização geográfica que nos dá uma noção de localidade. Enquanto nas sociedades pré-modernas o espaço e o lugar se coincidiam, graças ao domínio da noção de presença sobre as dimensões espaciais da vida, na modernidade os lugares começam a serem preenchidos de todos os tipos de referências e influências sociais não presentes fisicamente:

Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (GIDDENS, 1991, p.22)

A separação entre tempo-espaço se mantém em constante dialética, se reconfigurando continuamente em relação às atividades sociais. Esta relação é a principal variável no processo de desencaixe, penetrando nas conexões destas atividades sociais e permitindo que as instituições desencaixadas maximizem o escopo de distanciamento entre tempo-espaço, se liberando das amarras dos hábitos e das práticas

locais, e multiplicando suas possibilidades de reconfiguração. Ela também proporciona as ferramentas para que as organizações modernas sejam capazes de se conectar local e globalmente, e também a de se recombinar no tempo-espço “para formar uma estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência” (GIDDENS, 1991, p.24).

É neste novo contexto em que entra em crise este sujeito com uma identidade unificada e estável e emerge uma nova concepção, a de um sujeito móvel, fragmentado e em constante modificação. Com a fragilização das estruturas e a possibilidade constante de novas conexões, há o que Hall chama de uma “celebração móvel” (2005, p13), em que o sujeito está em constante formação e modificação em relação a suas representações e as interpelações dos sistemas sociais que cercam. A forma de relação deste sujeito com o campo social é muito mais dinâmica, diversa e, muitas vezes, contraditórias. Este sujeito pode assumir diversas identidades que podem ser abandonadas à medida que novas relações vão sendo estabelecidas. A contradição passa a ser uma marca deste novo sujeito que realiza conexões muito mais complexas e que é interpelado de diversas maneiras pelo ambiente e pelos outros sujeitos a sua volta. Estas contradições são o que mantém a nossa identificação em constante movimento e as empurram e deslocam, acabando com o “eu” unificado e coerente.

Se sentimentos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2005, p.13)

Isto nos coloca no ponto da questão onde começamos a reconhecer nesta inconstância da identidade, uma maior necessidade de concentrar o olhar na identidade como processo e não apenas como resultado. O próprio Hall (2014) aponta que este olhar para a identificação é uma saída para os que desejam salientar o processo de subjetivação e sua política de exclusão. Em uma abordagem mais discursiva do termo, vemos a identificação com um processo constantemente em andamento, uma construção

inacabada, onde ela nunca é “favas contadas”. Neste processo, as forças estão sempre agindo para desestabilizá-lo e, desta forma, a identificação pode ser sempre perdida. Ela é um processo de articulação, em que nada é completamente preenchido. Ao mesmo tempo, esta identificação quando temporariamente garantida, não anula a diferença.

Inclusive, a diferença – ou diferenciação – é parte inerente ao processo de identificação. É com base na diferença que é possível afirmar positivamente o que se é. É a existência de um “não-algo” que torna a necessidade de enunciação deste algo real. Diferença e identidade mantêm uma estreita relação de dependência. Inclusive, na existência de um mundo homogêneo, não seria necessário a afirmação de uma identidade.

A afirmação “sou brasileiro”, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação “sou brasileiro” deve-se ler: “não sou argentino”. “não sou chinês”, “não sou japonês” e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável. (DA SILVA, 2014, p.1)

Stuar Hall (2014) concorda que as “identidades” devem sempre serem colocadas em perspectiva, como algo que é construído no jogo da *différance*, visto sempre como instável e desestabilizado.

Todo o processo discursivo só é necessário porque existe uma referência a se diferenciar. Então, como deve ser direcionada uma política de representação que não ignore a diferença como intrínseca a vida humana? É possível uma política de representação que não “castre” a diferença? E quem são os enunciadores que mais impactam na hierarquização destes discursos?

### **O papel do Estado-Nação**

No período da modernidade tardia, o Estado-Nação surge como protagonista na gestão da identidade de sua população, utilizando regulamentos e diversas outras ferramentas para exercer um papel controlador dos discursos sobre si próprio. O que se observou



durante o período é uma tendência a homogeneização das características identitárias em prol da composição de uma identidade nacional. Para isto ser feito, o que acontece é uma supressão das diferenças no âmbito discursivo. Um silenciamento causado pela não oficialidade destas outras identidades. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2014), a identidade e a diferença são uma relação social. O que para ele significa que elas recebem influências de “vetores de força, a relações de poder. Elas não simplesmente definidas, elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas” (DA SILVA, 2014, p.3).

Denys Cuche (1999) afirma que a tendência da ideologia nacionalista é justamente a de erradicar a diversidade cultural através de uma lógica de purificação étnica. Ele argumenta que, cada vez mais, podemos perceber uma rigidez e um maior controle do Estado-Nação e que ““a exaltação da identidade nacional pode levar a uma tentativa de subversão simbólica contra a afirmação da identidade” (CUCHE, 1999, p.190).

A identidade nacional constitui, inclusive, uma das principais partes de formação da identidade individual. É possível através das representações termos acesso a noção de brasilidade que ajuda a formar o nosso conceito de indivíduo localizado geograficamente. Por isto, a nação pode ser apresentada como uma entidade política e produtora de sentido.

As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade”. (SCHWARZ, 1986, apud HALL, 2005, p.49)

Na era moderna, toda a lealdade que antes era localizada nas tribos, religião ou povo passa a ser depositado na cultura nacional. Tendo sido utilizado para subordinar as diferenças culturais, o teto político passou a configurar a principal fonte de significação as identidades culturais na modernidade tardia. Inclusive, sendo muitas vezes enunciada como identidade única e definitiva. Este apelo a unicidade é o que sustenta a existência



de algumas instituições e processos como o atual sistema educacional, a definição de línguas oficiais, entre outros.

Para Hall (2005), a cultura nacional funciona como discurso e, através dela, se institui símbolos e representações. Todas estas representações interpelam o sujeito e influenciam nas suas ações no mundo. Este discurso que culmina em representações da cultura nacional produz sentido sobre a nação que cabe as pessoas se identificar. O autor argumenta que as identidades nacionais têm ampla influência das comunidades imaginadas e dos mitos fundadores na sua formação. Ele aponta três questões que devemos manter em mente quando tratamos de comunidades imaginadas: memórias do passado, o desejo por viver em conjunto e a perpetuação da herança. Estas três coisas formam o princípio espiritual da identidade nacional. Por isso, a cultura nacional atua de forma a cumprir dois objetivos: a unificação de culturas homogêneas em uma única identidade congruente e o de fornecer teto político a todas estas culturas.

Para dizer de forma simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unifica-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. (HALL, 2005, p.59)

Uma cultura nacional ela não se estabelece única e exclusivamente com base em pontos de identificação simbólica. Existe toda uma estrutura de poder cultural que interfere nas formações. As nações sempre utilizaram da força e da supressão cultural para se unificarem. Isto se dá, principalmente, porque elas são formadas por diferentes tipos étnicos e de gênero que não se equiparam em nível de poder e detém possibilidades diferentes de impacto na formação de representações. Hall afirma que um dos principais fatos que devemos levar em consideração na formação da cultura nacional de diversas nações é o impacto do imperialismo praticado por nações ocidentais, que produziu profundas influências em suas representações. Ele propõe que pensemos as culturas nacionais como dispositivos discursivos que criam representações destas diferenças culturais em uma unidade identitária.

Uma das estratégias adotadas para representar estas incongruências é utilizar o argumento étnico de “um único povo”. Apesar desta ser uma tendência adotada pelos Estados-Nação, ela se mostra bem desconexa a medida que percebemos que as nações ocidentais são todas formadas por povos variados, se configurando como “híbridos culturais” (HALL, 2005, p.62).

As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferenças e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade. (HALL, 2005, p.65)

Entender as estratégias discursivas adotadas por estes lugares para enunciar seus discursos homogeneizadores é um próximo passo para pensar uma reconfiguração das representações na modernidade tardia.

### **Novos direcionamentos do discurso nacional**

Qual seriam então os novos caminhos que poderiam levar o discurso do Estado-Nação? Em um momento onde já se começa a questionar a eficácia do multiculturalismo para uma política da representação, é necessário buscar alternativas que tornem estas políticas mais democráticas para as diversas identidades presentes no território. Para Zygmunt Bauman (2013), a filosofia do multiculturalismo virou marionete da globalização, que podem disfarçar as consequências destrutivas de suas ações.

A nova indiferença à diferença apresenta-se, em teoria, como uma aprovação do “pluralismo cultural”. A prática política constituída e apoiada por essa teoria é definida pelo termo “multiculturalismo”. Ela é aparentemente inspirada pelo postulado da tolerância liberal e do apoio aos direitos das comunidades à independência e à aceitação pública das identidades que escolheram (ou herdaram). Na realidade,

contudo, o multiculturalismo age como uma força socialmente conservadora. Seu empreendimento é a transformação da desigualdade social, fenômeno cuja aprovação geral é altamente improvável, sob o disfarce da “diversidade cultural”, ou seja, um fenômeno merecedor do respeito universal e do cultivo cuidadoso. Com esse artifício linguístico, a feiura moral da pobreza se transforma magicamente, como que pelo toque de uma varinha de condão, no apelo estético da diversidade cultural. (BAUMAN, 2013, p.46)

Esta ideia de multiculturalismo se tornou uma forma “politicamente correta” de apresentar a desigualdade. Para isto, argumenta-se que a condição de existência é o resultado de uma multiplicidade de escolhas relacionadas ao modo de vida de uma comunidade e que este deva ser respeitado. Tomaz Tadeu da Silva (2014) ainda argumenta que a abordagem do multiculturalismo é capaz de lhe omitir que há dentre esta relação de identidade diferença relações de poder que devem ser problematizadas. Em busca de propor uma nova forma de abordagem pedagógica da identidade e da diferença, o autor propõe uma abordagem que leve a identidade e a diferença como questões políticas. Ele propõe a necessidade de trazer uma discussão do próprio processo de produção destas identidades e diferenças para o currículo.

Levando em consideração estes novos caminhos apontados para a pesquisa sobre identidade e diferença, ficam alguns questionamentos sobre como práticas discursivas articuladas pelo Estado-Nação podem trabalhar em prol de uma política de representação mais justa. É possível modificar a abordagem discursiva do Mundo Possível construído para uma nação através desta mesma perspectiva e estabelecer uma abordagem política da diferença para o discurso? Como podem as manifestações de Marca Lugar fazerem parte de um novo debate acerca da identidade que não seja homogeneizador, redutor e castrador? A crise da representação que coloca sob perspectiva esta nova configuração da identidade, complexa e fragmentada, impõe desafios para a formação destas novas políticas de representação que passam tanto por recursos discursivos como por políticas públicas.

## **Bibliografia**

BAUMAN, Z. A cultura no mundo líquido moderno. RJ, Zahar, 2013.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In: Silva, T.T. (ORG). Identidade e Diferença. RJ: Vozes, 2014.

KOTLER, Philip; GERTNER, David. Country as brand, product, and beyond: a place marketing and brand management perspective. Brand management. 2002.

MEDEIROS LIMA, Raphael F. Brasil, a marca de chuteiras. Manifestações da marca Brasil em tempos de Copa das Confederações e do Mundo. In: XI Enecult, 2015. Salvador-Ba.

\_\_\_\_\_. SAMPAIO, Adriano O. Rio 2016: A marca como estratégia discursiva para cidades. In: XXXVIII Intercom, 2015. Rio de Janeiro-Rj.

NYE, Jr., Joseph S. Soft Power: The Means To Success In World Politics, USA: Public Affairs, 2004.

SAMPAIO, Adriano O. CALIMAN, Lorena. Brasil, “o mundo se encontra aqui”: Manifestações discursivas da marca país rumo à copa de 2014. In: . IX Enecult, 2013. Salvador-Ba.

SEMPRINI, Andrea. A Marca Pós-Moderna: Poder e Fragilidade da Marca na Sociedade Contemporânea. Tradução: Elisabeth Leone. São Paulo: Estação das Letras, 2006.

Silva, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, T.T. (ORG). Identidade e Diferença. RJ: Vozes, 2014.

# XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA